



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA Nº 5022338-
86.2014.4.04.7001/PR**

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO
CAMINHA

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (AUTOR)

APELANTE: NICIOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA (RÉU)

ADVOGADO: JULIO CESAR RODRIGUES

APELADO: OS MESMOS

INTERESSADO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE
TRANSPORTES - DNIT (INTERESSADO)

INTERESSADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (INTERESSADO)

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VEÍCULOS
AUTOMOTORES COM EXCESSO DE PESO. AÇÃO
INIBITÓRIA. DANOS MATERIAIS E MORAIS.
INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA.
AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.
INEXISTÊNCIA.

Nos termos do artigo 330, inciso I, do CPC, o juiz pode conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença, quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência. Além disso, após a decisão de conclusão do feito, a recorrente teve acesso aos autos, tendo postulado tão-somente *se digne Vossa Excelência em considerar referido precedente no momento do julgamento, a fim de acolher a preliminar arguida na contestação ou julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.*

A medida pleiteada nesta ação civil pública, de fixação de astreinte em desfavor da Ré, tem por fundamento a proteção ao patrimônio público (conservação das rodovias federais), ambiental, aos direitos difusos à vida, à segurança e à saúde dos usuários das rodovias e à ordem econômica, supostamente violados/ameaçados pela conduta da Ré. Presente, pois, o interesse processual, mostrando-se viável o processamento da ação.

Se faz necessário, no caso, a fixação de uma pena pecuniária com força suficiente para que a ré se abstenha de dar saída a veículos automotores de seus estabelecimentos comerciais ou de

estabelecimentos de terceiros contratados a qualquer título, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito.

A cominação de multa diária determinada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada nova ocorrência comprovada mostra-se adequada ao caso concreto, visando efetivamente inibir a reiteração da infração.

Danos materiais e morais não configurados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento às apelações, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 15 de maio de 2019.

Documento eletrônico assinado por **SERGIO RENATO TEJADA GARCIA, Juiz Federal Convocado**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001051273v5** e do código CRC **c4b5d5e6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SERGIO RENATO TEJADA GARCIA
Data e Hora: 15/5/2019, às 20:6:23

5022338-86.2014.4.04.7001

40001051273.V5



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA Nº 5022338-86.2014.4.04.7001/PR

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (AUTOR)

APELANTE: NICIOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA (RÉU)

ADVOGADO: JULIO CESAR RODRIGUES

APELADO: OS MESMOS

INTERESSADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (INTERESSADO)

INTERESSADO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT (INTERESSADO)

RELATÓRIO

Trata-se de apelações interpostas em face de sentença com dispositivo exarado nos seguintes termos:

3. Dispositivo.

*3.1. Ante o exposto, **julgo parcialmente procedentes os pedidos** formulados na inicial, o que faço para, ratificando a medida liminar anteriormente concedida, determinar à Ré que se abstenha de promover a saída de veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais, ou de estabelecimentos de terceiros contratados a qualquer título, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito, sob pena de incorrer na multa que desde logo arbitro em R\$10.000,00 (dez mil reais) por ocorrência comprovada. Determino ainda que o valor da multa seja corrigido monetariamente a cada novo ano civil (1º de janeiro) pelo índice oficial de inflação do ano anterior, de modo a ser garantida a efetividade da medida inibitória.*

*Na forma da fundamentação, **é improcedente** a pretensão indenizatória/compensatória (material e extrapatrimonial).*

3.2 - Deixo de fixar honorários advocatícios, por força aplicação simétrica do art. 18 da Lei nº 7.347/1985 (EREsp 895530/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, 1ª Seção, j. 26/08/2009, DJe 18/12/2009).

Demanda isenta de custas (art. 4º da Lei nº 9.289/1996).

Publique-se. Registre-se.

4 - Havendo interposição de recurso, desde já o recebo em seu efeito devolutivo (artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil), ressalvada a possibilidade de reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso após a resposta, nos termos do § 2º, artigo 518, do Código de Processo civil.

5 - Após, dê-se vista ao apelado para oferecimento de contrarrazões, no prazo legal.

6 - Por fim, promova-se a remessa eletrônica ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Intimem-se.

Em suas razões recursais o Ministério Público Federal sustentou, em síntese: (a) ser inconteste a presença dos elementos ensejadores da responsabilidade civil, na forma dos artigos 186 e 927 do CC; (b) que não se trata de conduta isolada, haja vista que os autos comprovaram a reincidência da parte ré em burlar a legislação de trânsito, pois recebeu, nos últimos 5 anos, nada menos que 62 autuações dos órgãos responsáveis pela fiscalização das rodovias, o que revela total desprezo à ordem jurídica; (c) que a quantidade e frequência das autuações denotam que a ré tem por prática promover o embarque de caminhões com excesso de peso e que as multas fixadas na legislação de trânsito não são suficientes para coibir a prática relatada; (d) os danos são evidentes, porquanto é inarredável que as reiteradas condutas da empresa ré efetivamente contribuíram para a degradação das rodovias federais, lesando, dessa forma, o patrimônio público, em seus aspectos material e moral. Postulou, pois, seja a sentença parcialmente reformada, para condenar a recorrida ao pagamento de dano material e moral coletivo.

A empresa ré também apelou, arguindo, em preliminar, nulidade da sentença, por cerceamento de defesa, alegando: (a) que a lide foi antecipadamente julgada sem que a ora apelante tivesse a oportunidade de produzir as provas que especificou na defesa e, mais, sem que pudesse interpor o recurso cabível (agravo) contra a decisão que ordenou a conclusão da sentença, visto que dela não foi regularmente intimada; (b) que sempre manifestou o desejo de produzir provas de que figurou como mera embarcadora das mercadorias, não como transportadora; (c) que pretendia comprovar que nunca figurou como única embarcadora, visto que compartilhava cargas com outras indústrias. Ainda em preliminar arguiu carência da ação, por falta de interesse de agir, ante a existência do CTB, legislação aplicável ao caso, e impossibilidade de incidência de outras sanções; (d) ausência de condições da ação (interesse de agir), por motivo superveniente ao ajuizamento da demanda, uma vez que após o ajuizamento, o ordenamento jurídico nacional recepcionou a chamada Lei dos Caminhoneiros (Lei Federal 13.103/15), que retirou o caráter pecuniário da penalidade imposta àqueles que sofreram autuações por excesso de peso, convertendo-as em advertência; (e) No mérito asseverou: (f) que não há amparo legal para a condenação da apelante porque atuava como embarcadora, sendo que a responsabilidade é sempre do transportador; (g) que o CONTRAN editou em 05.06.2014 a Resolução 489/2014, que elevou para 10% o limite de tolerância no peso por eixo, alterando a redação do art. 5º da Resolução 258/2007. Subsidiariamente pediu: (h) que é cabível a redução do valor da multa, sob pena de violação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade; (i) prequestionou os artigos 5º, *caput* e incisos II, XXXIX, LIV e LV, 93, IX, todos da CF;

artigos 234, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 248, 267, inciso VI, 333, 334, III, 341, 396, 397 e 462 do CPC/73; CTB art. 99, 231, 257, §§ 4º e 5º, Lei Federal 13.103/2015, art. 22, II.

Com contrarrazões.

É o relatório.

VOTO

A r. sentença foi exarada nos seguintes termos:

1. Relatório.

*1.1. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** em face de **NICOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, por meio da qual o Autor "objetiva obrigar a demandada a abster-se de dar saída a veículos automotores com excesso de peso de seu estabelecimento, além de indenizar os danos materiais e morais coletivos decorrentes das condutas por ela perpetradas, de modo a promover e defender o direito dos cidadãos e, em especial, os dos cidadãos usuários de rodovias federais à vida, à integridade física e à saúde, à sua segurança pessoal e patrimonial, e, ainda, aos direitos difusos e coletivos, **(a)** à preservação do patrimônio público federal consubstanciado nas rodovias federais afetadas e à qualidade dos serviços de transporte, **(b)** à ordem econômica e, ainda, **(c)** ao meio ambiente equilibrado".*

Narra que a demandada, conforme documentos que instruem a inicial, adotou a prática empresarial de fazer circular, habitualmente, caminhões transportando seus produtos com peso superior ao permitido em Lei, em que pese as inúmeras multas administrativas que lhe foram aplicadas, conforme apurado nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.22.006.000255/2013-22.

Afirma que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) detectou que, no período de 29/07/2010 a 30/09/2013, foram lavradas, contra a empresa Ré, 61 autuações decorrentes do trânsito de caminhões com excesso de peso, todas ocorridas em rodovias federais. O DER-PR também informou existir uma notificação, pelo mesmo motivo, lavrada em desfavor da demandada.

Alega que a quantidade e frequência das autuações denotam que a Ré tem por prática promover o embarque de caminhões com excesso de peso e que as multas fixadas na legislação de trânsito não são suficientes para coibir a prática relatada.

Diz que a conduta da Ré traz risco à saúde e à vida dos usuários das rodovias, bem como causa o desgaste prematuro do pavimento das rodovias, gerando prejuízo ao patrimônio público.

Pugna, nesses moldes, pelo deferimento da antecipação de tutela para determinar à Ré que se abstenha de promover a saída de veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais, ou de

estabelecimentos de terceiros contratados a qualquer título, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito, sob pena de incorrer em multa a ser fixada pelo juízo.

Em relação ao mérito, requer a confirmação definitiva das medidas solicitadas em sede de liminar; a condenação ao pagamento do dano material causado ao patrimônio federal (deterioração das rodovias federais), ao meio ambiente e à ordem econômica; o pagamento do dano moral coletivo, pela violação ao patrimônio público, à qualidade do serviço de transporte; pela violação do direito à vida, à integridade física, ao patrimônio dos cidadãos-usuários da rodovia federal, e pelos danos causados ao meio ambiente e à ordem econômica e concorrencial, a serem arbitrados pelo Juízo.

Juntou documentos (evento 1).

1.2. A liminar antecipatória/inibitória foi concedida com base nos argumentos despendidos no evento 3.

1.3. O DNIT manifestou seu desinteresse no feito - evento 18.

1.4. Regularmente citada a demandada apresentou contestação no evento 23, onde arguiu em preliminar a falta de interesse de agir, "por inutilidade e desnecessidade do provimento postulado, na medida em que propõe ação para impedir que a requerida faça aquilo que a própria Lei já proíbe e para indenizar suposto dano já sancionado através da multa estabelecida em Lei".

Em relação ao mérito propriamente dito, sustenta que: a) o simples embarcador (caso da requerida) somente é responsável pelo excesso de peso nos eixos ou no peso bruto total quando for o único remetente de todas as mercadorias alojadas no respectivo veículo e, simultaneamente, o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for inferior ao aferido (§ 4º); b) o transportador é sempre responsável pelo excesso de peso nos eixos e, quando houver mais de um embarcador, responde sempre pelo excesso do peso bruto total.

Argumenta que o MPF não mencionou o fato de que o CONTRAN editou em 05.06.2014 a Resolução 489/2014, que elevou para 10% o limite de tolerância no peso por eixo, alterando a redação do art. 5º da Resolução 258/2007.

Diz que não se aplica, ao caso, a pretendida "responsabilidade objetiva" da demandada pelos danos alegados, nem a "teoria dinâmica do ônus probatório", cabendo ao Autor comprovar as alegações formuladas na inicial.

Ao pleitear a reparação nos casos retratados na inicial, o Autor desconsidera os reais fatores responsáveis pela situação das rodovias federais: a) a falta de conservação rotineira e preventiva; b) os defeitos de execução das obras; c) os períodos prolongados de chuva; d) o despreparo de alguns motoristas.

Não há 'nexo' entre a conduta da parte demandada e os danos às rodovias mencionados na inicial a justificar a aplicação de penalidades ou indenizações. Ou seja, não se demonstra a ocorrência do 'dano efetivo', imprescindível à reparação.

Diz não ser viável a condenação por danos morais coletivos e, mesmo que se entenda diferente, impõe-se a demonstração de que o ato ilícito imputado à demandada seja de extrema gravidade e desborde os limites da tolerabilidade, gerando profunda alteração na ordem extrapatrimonial coletiva.

Cita precedentes sobre o tema e, sucessivamente, pede a redução do valor da multa, com a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

1.5. A réplica do Autor vem no evento 31.

1.6. Vieram conclusos para sentença.

2. Fundamentação.

2.1. Da preliminar.

2.1.1. Da falta de interesse de agir.

Afirma a demandada que, como já existe o Código de Trânsito, que foi o caminho escolhido pelo Legislador para tratar os casos de infrações de trânsito (tráfego de veículos com excesso de peso), não há interesse (processual) na propositura desta demanda.

A questão já foi abordada na decisão que apreciou o pedido liminar, nos termos a seguir transcritos.

Inicialmente, cumpre deixar registrado que a medida pleiteada nesta ação civil pública, de fixação de astreinte em desfavor da Ré, tem por fundamento a proteção ao patrimônio público (conservação das rodovias federais), ambiental, aos direitos difusos à vida, à segurança e à saúde dos usuários das rodovias e à ordem econômica, supostamente violados/ameaçados pela conduta da Ré.

Portanto, as decisões judiciais aqui postuladas, especialmente a cominação de multa pela persistência da prática de atos que violam os direitos acima transcritos, não guardam relação com as penalidades administrativas já fixadas na legislação de trânsito, que são aplicadas em razão das respectivas infrações e independentemente da demonstração da violação de direitos alheios ou de outras categorias.

Ou seja, nesta demanda o Autor não pretende reforçar ou agravar as multas já previstas nas normas de trânsito, mas tenciona, isto sim, compelir a Ré, mediante tutelas jurisdicionais inibitória e ressarcitória, a se abster de continuar praticando atos que, independentemente de serem caracterizados ou não como infrações de trânsito, infringem direitos coletivos e/ou difusos e afetam o patrimônio público (segundo alegado na inicial).

Além disso, cabe lembrar que a independência entre as esferas de responsabilidade administrativa e cível admite, para uma mesma conduta concreta, a eventual fixação de penalidades concomitantes em cada uma destas searas, de modo que a existência de previsão de multa na esfera administrativa não impede a condenação à obrigação de não fazer, ainda que se dê mediante o meio coercitivo indireto da aplicação de multa em caso de inadimplemento, se for o caso.

Nesse sentido, confira-se:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRÁFEGO DE VEÍCULO EM RODOVIA FEDERAL COM EXCESSO DE PESO. TUTELA INIBITÓRIA. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DOS USUÁRIOS DE RODOVIAS. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO (CF, ART. 5º, XXXV). INDENIZAÇÃO, A TÍTULO DE DANO MATERIAL E MORAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. ***I - A penalidade administrativa por infração à norma do art. 231, V, da Lei nº. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) não guarda identidade com a tutela inibitória veiculada em sede de ação civil pública, em que se busca a cessação da flagrante e contumaz recalcitrância das promovidas na observância da referida norma legal, em que a atuação jurisdicional do Estado visa resguardar o seu caráter imperativo e, também, o interesse difuso e coletivo não só de todo o universo de usuários de rodovias em nosso país, mas, primordialmente, para fins de proteção do patrimônio público, do direito à vida, à integridade física, à saúde, à segurança pessoal e patrimonial, à qualidade dos serviços de transporte, à ordem econômica e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, inclusive, mediante a imposição de multa pecuniária, por eventual descumprimento da ordem judicial, e o pagamento de competente indenização por danos materiais e morais coletivos. Em casos assim, a independência entre as instâncias administrativa e judicial autoriza a concomitância de apurações, mormente em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, inciso XXXV), sendo notória a existência de interesse processual no provimento jurisdicional buscado pelo Ministério Público Federal, na espécie.(...) (AC 200938030045963, DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 DATA:01/07/2014 PAGINA:228.)***

Ante esses esclarecimentos, entendo que se faz presente o interesse processual, mostrando-se viável o processamento da ação.

Rejeito, pois, tal preliminar.

2.2. Do mérito.

Esta Ação Civil Pública foi proposta pelo Ministério Público Federal em face da empresa Nicioli Indústria e Comércio de Moveis Ltda, visando obrigá-la a abster-se de dar saída a veículos automotores de seus estabelecimentos comerciais ou de estabelecimentos de terceiros contratados a qualquer título, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito, além de indenizar os danos materiais e morais coletivos decorrentes das condutas por ela perpetradas.

2.2.1. Da tutela inibitória.

Os documentos anexados com a petição inicial demonstram que num intervalo de aproximadamente três anos, veículos transportando cargas da Ré em rodovias federais foram atuados sessenta e uma vezes por trafegarem com excesso de peso.

Logo, parece confirmar-se a alegação do Ministério Público Federal no sentido de que a Ré tem por prática promover o embarque de caminhões com excesso de peso.

Outrossim, cabe lembrar que, como é cediço, o tráfego de caminhões com excesso de peso (pode): a) contribuir para a rápida deterioração da malha asfáltica das rodovias, patrimônio público; b) colocar em risco a segurança e a vida não só do próprio motorista do veículo, como também dos demais motoristas, passageiros e pedestres; c) acabar por interferir na ordem econômica, uma vez que desequilibra a concorrência, com a majoração das margens de lucro apropriado privadamente à custa da socialização dos prejuízos e, d) resultar em maior consumo de combustível e aumenta a liberação de gases tóxicos, com reflexos maléficos para o meio ambiente.

Destarte, resta claro que a conduta da Ré pode contribuir decisivamente para a ocorrência de danos de diversas ordens à coletividade, justificando a medida inibitória pretendida pelo Autor.

Note-se que não se trata, aqui, de meras conjecturas ou suposições de que a Ré possa, eventualmente, voltar a infringir normas legais que objetivam resguardar direitos das mais variadas ordens. Pelo contrário, a quantidade de autuações sofridas por ela induz o entendimento de que a prática antijurídica é reiterada, contínua, constante, o que se traduz em fortes indícios de que venha a permanecer doravante, caso não se adotem medidas efetivas no sentido de reprimi-la.

*Em situações tais, a devoção à efetividade do processo e à manutenção da ordem jurídica impõe que o Judiciário antecipe-se à (nova) lesão que venha a ser praticada, inibindo o provável infrator. Tratando-se de obrigação de não fazer, deve-se buscar ao máximo impedir a prática ilegal por meio de tutela inibitória, muito mais eficiente do que posterior tutela ressarcitória ou compensatória, sobretudo quando estão em jogo direitos não patrimoniais e que não podem ser quantificados monetariamente, tais quais a vida, a saúde, o meio-ambiente sadio, etc. Valem, sobre este ponto, os seguintes ensinamentos de LUIZ GUILHERME MARINONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART (**Manual do Processo de Conhecimento** - 5ª ed., p. 439/440):*

A tutela inibitória não tem o dano entre seus pressupostos. O seu alvo, como já foi dito, é o ilícito.

É preciso deixar claro que o dano é uma consequência meramente eventual do ato contrário ao direito. O dano é requisito indispensável para a configuração da obrigação ressarcitória, mas não para a constituição do ilícito.

Se o ilícito independe do dano, deve haver uma tutela contra o ilícito em si, e assim uma tutela preventiva que tenha como pressuposto apenas a probabilidade de ilícito, compreendido como ato contrário ao direito.

A doutrina mais moderna entende que a inibitória prescinde dos possíveis efeitos concretos do ilícito ou, mais precisamente, que tal espécie de tutela deve tomar em consideração a probabilidade do ilícito.

Não há dúvida de que o ilícito, na maioria das vezes, torna-se visível em face de um dano, que é a sua consequência concreta. A inibitória, portanto, em grande número de casos, ainda que pensada como uma tutela voltada contra o ilícito, acaba por impedir a prática de um dano.

*Em outra oportunidade, assim se manifestou LUIS GUILHERME MARINONI (in **Tutela Inibitória**, Editora Revista dos Tribunais, pg. 39):*

A tutela inibitória não pune quem pode praticar o ato ilícito, mas apenas impede que o ilícito seja praticado. Se alguém, ainda que sem culpa, está na iminência de praticar um ato ilícito, é cabível a ação inibitória.

Atendidos os pressupostos legais, a tutela inibitória deve ser deferida, observando-se o seguinte: "O deferimento da tutela inibitória, que procura impedir a violação do próprio direito material, exige cuidado redobrado, sendo imprescindível que se demonstre: (i) a presença de um risco concreto de ofensa do direito, evidenciando a existência de circunstâncias que apontem, com alto grau de segurança, para a provável prática futura, pelo réu, de ato antijurídico contra o autor; (ii) a certeza quanto à viabilidade de se exigir do réu o cumprimento específico da obrigação correlata ao direito, sob pena de se impor um dever impossível de ser alcançado; e (iii) que a concessão da tutela inibitória não irá causar na esfera jurídica do réu um dano excessivo" (STJ, RESP 201301107495, NANCY ANDRIGHI, STJ - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:29/11/2013..DTPB:.).

Confira-se, a respeito, o seguinte precedente do TRF/4ª Região:

*TUTELA INIBITÓRIA. EVASÃO DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO. VIAPAR. MULTA. A evasão da praça de pedágio configura infração grave prevista no art. 209 do Código de Trânsito Brasileiro. Além disso, configura também a prática de um ato ilícito pela utilização de um serviço sem o devido pagamento da contraprestação. Desse modo, tenho que cabível a concessão de tutela inibitória com vistas a coibir a repetição de um ato ilícito, porquanto não pode a agravada usufruir inadvertidamente de um serviço sem o pagamento da devida contraprestação. **Se faz necessário, no caso, a fixação de uma pena pecuniária com força suficiente para que a ré se abstenha da prática de evasão, uma vez que a simples imposição da multa prevista no CTB tem se revelado insuficiente para que a motorista se sinta compelida a cumprir as obrigações dos usuários da rodovia.** Fixada a pena de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada passagem sem o adimplemento da obrigação. (TRF/4ª Região, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5011218-05.2011.404.0000/PR, Acórdão de 08/11/2011).*

Por fim, o fato do CONTRAN ter editado, em 05.06.2014, a Resolução 489/2014, que elevou para 10% o limite de tolerância no peso por eixo, alterando a redação do art. 5º da Resolução 258/2007, não refuta as autuações que fundamentam o pedido, já que foram lavradas em data anterior à sua vigência.

2.2.2. Da indenização pelos danos materiais e "morais coletivos" (danos extrapatrimoniais).

Com relação aos pedidos de indenização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais (extrapatrimoniais), a questão deve ser resolvida a partir das considerações lançadas pelo Autor na inicial, quando sintetiza a sua pretensão do seguinte modo:

*Deve-se, ademais, ser analisada a **gravidade dos fatos**, tendo em vista os **motivos da infração** e suas **consequências** para **(a)** a vida, a integridade física e a saúde, **(b)** a segurança pessoal e patrimonial, e*

ainda aos também difusos e coletivos direitos (c) a preservação do patrimônio público federal consubstanciado na rodovia federal e nos serviços de transporte, (d) a ordem econômica e, ainda, (e) ao meio ambiente equilibrado (natural e artificial).

Com efeito, a gravidade dos fatos é evidente, salientando-se que o fato da norma proibir a conduta já faz presumir que ela, a conduta, é danosa. Portanto, violada a norma, presume-se o dano, havendo a presunção legal de que o excesso de peso danifica as rodovias. Não há necessidade de efetiva ocorrência do dano, mas, somente, do perigo, da potencialidade de dano, podendo referidos danos serem presumidos. Referida conclusão parte do pressuposto da predominância dos princípios da prevenção e precaução.

Aquele que cria ou assume o risco desta espécie de dano tem o dever de reparar os danos causados, sendo desnecessária a comprovação cabal, nos autos, da ocorrência do dano, que é presumido, decorrente do próprio transporte com excesso de peso, que, justamente, como tal é definido, em função do dano que causa.

Fica claro, portanto, pela assertiva do Autor, que não há dano efetivamente comprovado ("Não há necessidade de efetiva ocorrência do dano, mas, somente, do perigo, da potencialidade de dano, podendo referidos danos serem presumidos"), até porque o entendimento esposado na inicial é no sentido de que a violação da norma induz o dano.

Sendo assim, e não obstante o teor jurídico da manifestação da parte autora, tenho que outro é o entendimento a ser adotado no caso destes autos.

Primeiramente é de se fixar que a presunção do dano é figura excepcional, sendo regra a necessidade da comprovação, conforme iterativa jurisprudência do Tribunal Superior:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA POR SERVIÇO TELEFÔNICO. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A inscrição indevida do nome do usuário de serviço público em cadastro de inadimplentes gera o direito à indenização independentemente da comprovação do dano moral, que, na hipótese, é *in re ipsa*. Essa solução, porém, não é a mesma aplicável à situação em que inexiste qualquer ato restritivo de crédito, mas apenas falha na prestação ou cobrança do serviço. **Nesse caso, conforme a regra geral, o dano moral deve ser demonstrado, não presumido.** 2. A Instância Ordinária entendeu não demonstrado o dano moral alegado e para afirmar-se a caracterização da responsabilidade civil no caso concreto seria necessário novo exame dos fatos e provas constantes dos autos, providência inadmissível a este Superior Tribunal em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1517478 / RS, DJe 29/05/2015)*

PROCESSUAL CIVIL, CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DESCARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL. SÚMULA 7/STJ. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. DANO MORAL PRESUMIDO. 1. A falta de exposição das falhas do acórdão recorrido, sem especificação do erro, obscuridade, contradição ou

*omissão supostamente ocorridos compromete a tese de violação do art. 535,II, do CPC. Incidência da Súmula 284/STF. 2. Para se afirmar a não caracterização da responsabilidade civil na espécie, seria necessário novo exame dos fatos e provas constantes dos autos, providência inadmissível a este Superior Tribunal em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Segundo a jurisprudência uniforme desta Corte, **o dano moral decorrente da falha na prestação do serviço público essencial é presumido, descabendo a exigência da prova de sua realização.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1471190 / RS, DJe 28/05/2015)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA POR SERVIÇO TELEFÔNICO. DANO MORAL. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.1. A inscrição indevida do nome do usuário de serviço público em cadastro de inadimplentes gera o direito à indenização independentemente da comprovação do dano moral. Essa solução, porém, não é a mesma aplicável à situação dos autos, em que inexistente qualquer ato restritivo de crédito, mas apenas falha na prestação ou cobrança do serviço. **Nesse caso, conforme a regra geral, o dano moral deve ser demonstrado, não presumido.** 2. Para se afirmar a caracterização da responsabilidade civil na espécie, seria necessário novo exame dos fatos e provas constantes dos autos, providência inadmissível a este Superior Tribunal em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1474101 / RS, DJe 05/03/2015)*

*Vê-se, portanto, que o que dispensa a prova é, **em certos casos**, o dano extrapatrimonial, não assim o dano material (este precisa ser provado), ainda que seja na seara do meio ambiente:*

*PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OMISSÃO SOBRE QUESTÕES ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA LIDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEMONSTRAÇÃO DE NEXO DE CAUSALIDADE. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA. REQUISITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC CARACTERIZADA. 1. **A responsabilidade civil objetiva por dano ambiental não exclui a comprovação da efetiva ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente, pois estes são elementos essenciais ao reconhecimento do direito de reparação. Precedentes.** 2. Omissão reconhecida quanto à demonstração de nexo de causalidade entre conduta omissiva ou comissiva da União, a justificar sua condenação solidária na reparação ambiental de área degradada. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente na apelação e nos embargos declaratórios, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado. 4. Agravo da União conhecido para prover o recurso especial, a fim de cassar o acórdão dos embargos de declaração e determinar que o Tribunal de origem aprecie as questões nele apontadas. 5. Recurso especial dos particulares prejudicado. (STJ, REsp 1378705 / SC, DJe 14/10/2013).*

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. ANÁLISE DE INSTRUÇÃO NORMATIVA. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ART. 535 DO CPC. NÃO VIOLAÇÃO. VALIDADE DE LICENÇAS. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. NEXO DE CAUSALIDADE. NÃO VERIFICADO.

PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXISTÊNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA 7/STJ.

.....

4. Quanto à pretensão condenatória a danos morais e materiais em razão dos danos causados ao meio ambiente, trata-se de responsabilidade objetiva, para a qual há a necessidade de se verificar o nexo causal entre a conduta da recorrida e o dano ambiental, o que não ficou comprovado no caso em tela. (STJ, AgRg no REsp 1494995 / RS, DJe 20/02/2015).

Daí concluir-se que, no caso dos autos, sem a comprovação efetiva do dano material ambiental, não se pode cogitar do seu consequente, o dano extrapatrimonial.

Fora do cenário do direito ambiental (dano extrapatrimonial coletivo de outra natureza), a indenização/compensação só é viável quando o dano for de razoável significância e desborde dos limites da tolerabilidade (além disso, o dano precisa ser comprovado efetivamente). Mais ainda, é imprescindível que o ato praticado seja "grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, inquietude social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva".

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE BINGO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS À COLETIVIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO DANO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Corte já se manifestou no sentido de que não é qualquer atentado aos interesses dos consumidores que pode acarretar dano moral difuso. É preciso que o fato transgressor seja de razoável significância e desborde os limites da tolerabilidade. Ele deve ser grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, inquietude social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva (REsp 1.221.756/RJ, Rel. Min. MASSAMIUYEDA, DJe 10.02.2012). 2. A revisão do acórdão recorrido, a fim de perquirir se houve efetivo dano moral à coletividade, demandaria necessariamente reexame do material fático-probatório dos autos, providência inviável nesta Corte por incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo Regimental do Ministério Público Federal desprovido. (STJ, AgRg no AREsp 277516 / SP, DJe 03/05/2013)

RECURSO ESPECIAL - DANO MORAL COLETIVO - CABIMENTO - ARTIGO 6º, VI, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - REQUISITOS - RAZOÁVEL SIGNIFICÂNCIA E REPULSA SOCIAL - OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - CONSUMIDORES COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO - EXIGÊNCIA DE SUBIR LANCES DE ESCADAS PARA ATENDIMENTO - MEDIDA DESPROPORCIONAL E DESGASTANTE - INDENIZAÇÃO - FIXAÇÃO PROPORCIONAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - A dicção do artigo 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor é clara ao possibilitar o cabimento de indenização por

danos morais aos consumidores, tanto de ordem individual quanto coletivamente. II - Todavia, não é qualquer atentado aos interesses dos consumidores que pode acarretar dano moral difuso. É preciso que o fato transgressor seja de razoável significância e desborde os limites da tolerabilidade. Ele deve ser grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, intranquilidade social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva. Ocorrência, na espécie. III - Não é razoável submeter aqueles que já possuem dificuldades de locomoção, seja pela idade, seja por deficiência física, ou por causa transitória, à situação desgastante de subir lances de escadas, exatos 23 degraus, em agência bancária que possui plena capacidade e condições de propiciar melhor forma de atendimento atais consumidores. IV - Indenização moral coletiva fixada de forma proporcional era zoável ao dano, no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). V - Impõe-se reconhecer que não se admite recurso especial pela alínea "c" quando ausente a demonstração, pelo recorrente, das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados. VI - Recurso especial improvido. (STJ, REsp 1221756 / RJ, DJe 10/02/2012)

Sendo assim, não se amoldando a situação dos autos aos precedentes mencionados, não há como dar guarida à pretensão indenizatória formulada na inicial, porquanto, além do dano efetivo não ter sido comprovado (o Autor afirma a desnecessidade de sua comprovação efetiva), o ato (atos) não é daqueles que ofendem a 'moralidade coletiva'.

3. Dispositivo.

*3.1. Ante o exposto, **julgo parcialmente procedentes os pedidos** formulados na inicial, o que faço para, ratificando a medida liminar anteriormente concedida, determinar à Ré que se abstenha de promover a saída de veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais, ou de estabelecimentos de terceiros contratados a qualquer título, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito, sob pena de incorrer na multa que desde logo arbitro em R\$10.000,00 (dez mil reais) por ocorrência comprovada. Determino ainda que o valor da multa seja corrigido monetariamente a cada novo ano civil (1º de janeiro) pelo índice oficial de inflação do ano anterior, de modo a ser garantida a efetividade da medida inibitória.*

*Na forma da fundamentação, **é improcedente** a pretensão indenizatória/compensatória (material e extrapatrimonial).*

3.2 - Deixo de fixar honorários advocatícios, por força aplicação simétrica do art. 18 da Lei nº 7.347/1985 (EResp 895530/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, 1ª Seção, j. 26/08/2009, DJe 18/12/2009).

Demanda isenta de custas (art. 4º da Lei n.º 9.289/1996).

Publique-se. Registre-se.

4 - Havendo interposição de recurso, desde já o recebo em seu efeito devolutivo (artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil), ressalvada a possibilidade de reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso após a resposta, nos termos do § 2º, artigo 518, do Código de Processo civil.

5 - Após, dê-se vista ao apelado para oferecimento de contrarrazões, no prazo legal.

6 - Por fim, promova-se a remessa eletrônica ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Intimem-se.

Em sede de embargos de declaração ainda decidiu o magistrado singular:

1 - Trata-se de recurso de embargos de declaração interposto por NICIOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA em face da sentença constante do evento 37 em que o Embargante alega a existência de vícios passíveis de serem sanados nos termos do artigo 537, inciso II, do CPC.

1.1 - Em virtude do pedido de atribuição de efeitos infringentes aos embargos foi oportunizada a manifestação do Ministério Público Federal (evento 53).

2 - Passo à análise de cada um dos pontos questionados pela Embargante.

2.1 - Nulidade passível de saneamento, por: (i) omissão quanto ao pedido de produção de provas, com cerceamento de defesa e (ii) ausência de intimação sobre o despacho que determinou a conclusão dos autos para sentença.

A rigor, a questão suscitada pelo Embargante não deve ser acolhida como vício de omissão da sentença, porquanto nela não haveria necessidade de ser abordada.

Com efeito, nos termos do artigo 330, inciso I, do CPC, o juiz pode conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença, quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência.

Apesar do pedido genérico de produção de provas formulado pelo Embargante em sua contestação, ao determinar o Juízo a conclusão dos autos para sentença pressupõe o seu entendimento pela suficiência das provas até então produzidas para a solução da lide.

Com efeito, "Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador; incorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia" (STJ-4ª Turma, Ag. 14.592-AgRg, Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04.12.91, DJU de 03/02/1992). A prova é dirigida ao juiz que deve apreciar-las em consonância aos elementos constantes dos autos.

2.2 - Omissão quanto ao argumento de que a Embargante figurou como mera embarcadora, não como transportadora.

Em que pese a sentença ter reconhecido a responsabilidade da Embargante por promover o embarque de caminhões com excesso de peso, tenho que, de fato, deixou de se pronunciar expressamente sobre a alegação de que não teria figurado como transportadora, mas como mera e única embarcadora, feita nos seguintes termos:

Ora, se a embargante NICIOLI não figurou como transportadora, mas apenas como embarcadora (e não a única, porque as cargas eram compartilhadas), evidente que não poderia ser

responsabilizada pelos excessos de peso verificados nas autuações, segundo a regra clara do § 4º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro.

Vale lembrar, por oportuno, que os Autos de Infração acostados aos autos mostram que todas as ocorrências, sem exceção, foram cometidas por **terceiros transportadores**, não pela embargante NICIOLI, tanto que o nome dela não figura em nenhum desses documentos como “**proprietário**” ou “**condutor**” dos veículos fiscalizados.

Logo, mesmo que eventualmente afastada a arguição de nulidade processual do item anterior, ver-se-á que a condição de mera embarcadora da embargante encontra-se devidamente comprovada pelos documentos já carreados aos autos.

Tal ponto tem relevância diante do que dispõe o artigo 257 do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 257. As penalidades serão impostas ao condutor, ao proprietário do veículo, ao embarcador e ao transportador, salvo os casos de descumprimento de obrigações e deveres impostos a pessoas físicas ou jurídicas expressamente mencionados neste Código.

§1º Aos proprietários e condutores de veículos serão impostas concomitantemente as penalidades de que trata este Código toda vez que houver responsabilidade solidária em infração dos preceitos que lhes couber observar, respondendo cada um de per si pela falta em comum que lhes for atribuída.

§2º Ao proprietário caberá sempre a responsabilidade pela infração referente à prévia regularização e preenchimento das formalidades e condições exigidas para o trânsito do veículo na via terrestre, conservação e inalterabilidade de suas características, componentes, agregados, habilitação legal e compatível de seus condutores, quando esta for exigida, e outras disposições que deva observar.

§3º Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

§4º O embarcador é responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou no peso bruto total, quando simultaneamente for o único remetente da carga e o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for inferior àquele aferido.

§ 5º O transportador é o responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou quando a carga proveniente de mais de um embarcador ultrapassar o peso bruto total.

§ 6º O transportador e o embarcador são solidariamente responsáveis pela infração relativa ao excesso de peso bruto total, se o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for superior ao limite legal.

(...)

Ora, diferente do alegado pela Embargante, tenho que os documentos carreados aos autos não comprovam que, com relação às autuações objeto dos autos, ela não era a única embarcadora.

Os documentos indicam, isso é verdade, que ela figurava como mera embarcadora - fato por ela reconhecido -, mas não mencionam que haviam outras empresas embarcadoras utilizando-se do mesmo veículo transportador.

Neste particular, como ela mesmo reconhece, a prova nesse sentido (de que não era a única embarcadora) deveria ter sido documental, mas caberia a ela produzir, nos termos do artigo 333, inciso II, do CPC.

Bastaria à Embargante trazer aos autos documentos obtidos com as respectivas empresas transportadoras no sentido de que, quando as autuações, no veículo transportador havia mercadoria de outras empresas.

E não se alegue que não foi oportunizado à Embargante trazer aos autos tais documentos, pois o momento processual adequado para tanto é no prazo da resposta, a teor dos artigos 396 e 397 do CPC.

Portanto, não vejo como acolher tal argumento como apto a tornar insubsistente as infrações imputadas à Embargante.

2.3 - Omissão sobre fato superveniente, no curso do processo, constituído pelo advento da Lei Federal nº 13.303, de 02/03/2015, que converteu, em advertência, as multas por excesso de peso, havendo a necessidade de consideração, de ofício, pela sentença.

Dispõe o art. 462 do CPC que "se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito **influir no julgamento da lide**, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença".

No caso dos autos a referida lei, superveniente ao ajuizamento da ação, trouxe alteração às penas administrativas previstas para a infração cometida pela Embargante.

Tal fato, apesar de superveniente, não influi no julgamento da lide e prescindiu de ser tomada em consideração, porquanto, nos termos da fundamentação contida no item 2.1.1 da sentença embargada (que afastou a preliminar de falta de interesse de agir ao argumento de que já haveria previsão de sanção administrativa no CTB para a infração de excesso de peso) "a medida pleiteada nesta ação civil pública, de fixação de astreinte em desfavor da Ré, tem por fundamento a proteção ao patrimônio público (conservação das rodovias federais), ambiental, aos direitos difusos à vida, à segurança e à saúde dos usuários das rodovias e à ordem econômica, supostamente violados/ameaçados pela conduta da Ré".

Ou seja, as decisões judiciais aqui postuladas, especialmente a cominação de multa pela persistência da prática de atos que violam os direitos acima transcritos, não guardam relação com as penalidades administrativas já fixadas na legislação de trânsito, que são aplicadas em razão das respectivas infrações e independentemente da demonstração da violação de direitos alheios ou de outras categorias.

Portanto, não há omissão a ser sanada.

2.4 - Omissão quanto ao pedido de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, na eventual fixação da astreinte.

A multa foi arbitrada pelo Juízo já na decisão que deferiu o pedido de tutela antecipada e ratificada na sentença. Ainda que nessa não tenha sido expressamente mencionado que para arbitrar e manter o valor da multa foi tomado em conta os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, tal conduta é inerente ao ato de decidir.

Com efeito, há que se considerar que, segundo consta dos autos, no período de 29/07/2010 a 30/09/2013 foram lavradas, contra a Embargante, 61 (sessenta e uma) autuações decorrentes do trânsito de caminhões com excesso de peso. Se a prática é reiterada, a multa tem de ser suficiente e inibi-la.

No mais, basta à Embargante não infringir mais a legislação de regência (ou seja, basta não exceder o limite de peso permitido quando for embarcar suas mercadorias) que se verá livre da multa.

A insurgência, assim, se refere ao mérito do que foi decidido, e deve ser atacada via recurso próprio.

3 - Dispositivo.

3.1 - Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração e, no mérito, dou-lhes parcial provimento para, sanando a omissão apontada, acrescer à sentença embargada a fundamentação acima escandida.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Em que pesem as alegações do apelante, impõe-se o reconhecimento de que são irretocáveis as razões que alicerçaram a sentença monocrática, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Com efeito, o magistrado singular está próximo das partes, analisou detidamente a controvérsia e os elementos probantes insertos nos autos tendo, de forma correta e motivada, concluído pela parcial procedência do pedido, inexistindo elementos que ensejem a alteração do que restou decidido.

1. Do apelo da parte ré

1.1 Da preliminar de cerceamento de defesa.

No que se refere à preliminar de cerceamento de defesa, sem razão a parte ré apelante. Incumbia à apelante, em sede de contestação, justificar a necessidade de produção da prova testemunhal, pericial e documental, a fim de demonstrar a responsabilidade de terceiros pelos danos, não fazer pedido genérico de produção de provas. Como bem sustentou a parte autora (Ministério Público Federal), somente agora, em sede de apelação, vem a apelante sustentar que os

documentos estariam em poder de terceiros e não seria exigível a apresentação quando da contestação. Todavia, em momento algum, antes do recurso, a apelante justificou a necessidade de produção da prova documental. Inclusive, após a decisão de conclusão do feito (evento 33), a recorrente teve acesso aos autos (evento 36), tendo postulado tão-somente *se digne Vossa Excelência em considerar referido precedente no momento do julgamento, a fim de acolher a preliminar arguida na contestação ou julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial*.

Ademais, não se verifica cerceamento de defesa quando o órgão julgador entende pela suficiência de provas para formar seu convencimento e nesse sentido justificou o magistrado singular em sede de embargos declaratórios:

(...) 2 - Passo à análise de cada um dos pontos questionados pela Embargante.

2.1 - Nulidade passível de saneamento, por: (i) omissão quanto ao pedido de produção de provas, com cerceamento de defesa e (ii) ausência de intimação sobre o despacho que determinou a conclusão dos autos para sentença.

A rigor, a questão suscitada pelo Embargante não deve ser acolhida como vício de omissão da sentença, porquanto nela não haveria necessidade de ser abordada.

Com efeito, nos termos do artigo 330, inciso I, do CPC, o juiz pode conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença, quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência.

Apesar do pedido genérico de produção de provas formulado pelo Embargante em sua contestação, ao determinar o Juízo a conclusão dos autos para sentença pressupõe o seu entendimento pela suficiência das provas até então produzidas para a solução da lide.

Com efeito, "Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador; incorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia" (STJ-4ª Turma, Ag. 14.592-AgRg, Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04.12.91, DJU de 03/02/1992). A prova é dirigida ao juiz que deve apreciá-las em consonância aos elementos constantes dos autos.(...)

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS. ACIDENTE DE TRABALHO. ART. 120 DA LEI 8.213/91. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. CULPA DA EMPRESA RECONHECIDA O art. 130 do CPC/73, bem como os artigos 355 a 370, do CPC/15, atribuem ao magistrado a tarefa de conduzir o processo, determinando as provas necessárias à instrução do feito e indeferindo diligências inúteis ou meramente protelatórias. Em princípio, pois, compete ao julgador a quo decidir acerca da necessidade de produção da prova. Consoante prescreve o artigo 120 da Lei nº 8.213/91, "nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva

contra os responsáveis". Evidenciada a culpa da empresa demandada no acidente de trabalho sofrido pelo segurado, notadamente por não adotar as medidas de segurança adequadas, a procedência do pedido é medida que se impõe. No tocante à correção monetária, incabível a aplicação da Taxa SELIC, pois o crédito não possui natureza tributária. (TRF4, APELAÇÃO CÍVEL Nº 5001238-65.2016.404.7111, 4ª Turma, Des. Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 12/10/2017)

Por fim, insta consignar que o princípio do *pas de nullité sans grief* exige a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita um vício, independentemente da sanção prevista para o ato, podendo ser tanto a de nulidade absoluta, quanto a relativa, pois não se declara nulidade por mera presunção.

Nesse sentido já se manifestou o STJ, *verbis*:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 564, III, DO CPP. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. "O princípio do pas de nullité sans grief exige a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, independentemente da sanção prevista para o ato, podendo ser tanto a de nulidade absoluta, quanto a relativa, pois não se declara nulidade por mera presunção. Esse princípio, corolário da natureza instrumental do processo, exige, sempre que possível, a demonstração de prejuízo concreto pela parte suscitante do vício, o que não se demonstrou no caso" (STF, RHC n. 123.092, Ministra CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe 14/11/2014). 2. Agravo regimental desprovido. ..EMEN: (AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1665616 2017.00.86277-0, RIBEIRO DANTAS, STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA:31/10/2017 ..DTPB:.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 431-A DO CPC/1973. CARÊNCIA DE CIÊNCIA ÀS PARTES DO LOCAL E DATA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. NULIDADE RELATIVA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO. MOLDURA FÁTICA DELINEADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE AFASTAM SUA OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA PROVIDO, RESTABELECIMENTO DO ACÓRDÃO PROFERIDO PELA CORTE DE ORIGEM. 1. A jurisprudência deste STJ interpreta o art. 431-A do CPC/1973 em conjunto com o art. 249, § 1o. do mesmo diploma, entendendo que a falta da ciência, por si só, não é suficiente para a declaração de nulidade do ato, dependendo sempre da comprovação do efetivo prejuízo. Precedentes: AgRg no AREsp. 682.746/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 1o.7.2015; AgInt no REsp. 1.556.683/MG, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 1o.8.2017; REsp. 1.323.169/BA, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 5o.2.2013. 2. Hipótese em que se discute a suposta nulidade da segunda perícia produzida nos autos, em razão das partes não terem sido intimadas da data de sua realização. 3. Conclusão das instâncias ordinárias de que não foi demonstrado o efetivo prejuízo às partes pela deficiência procedimental, ressaltando que o demandante apresentou quesitação devidamente respondida pelo expert. 4. À luz da jurisprudência aqui apontada, a única maneira de se reconhecer a nulidade seria a partir da conclusão de que houve efetivo prejuízo às

partes não científicas da data e local da realização da perícia, o que, in casu, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, medida vedada em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo Interno provido, restabelecendo o acórdão da Corte de origem. ..EMEN: (AIEAIRESP - AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - 1476487 2014.02.07094-7, REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:19/02/2018 ..DTPB:.)

No caso em exame cabia a parte ré apelante demonstrar concretamente a ocorrência de prejuízo pela não realização do ato processual. Todavia a apelante fez apenas alegações genéricas quanto à necessidade de produção de prova pericial, documental e testemunhal. Por outro lado, o magistrado singular, em sede de embargos declaratórios, justificou, de forma clara e objetiva, a razão pela qual a produção probatória se mostrava desnecessária e inútil ao deslido do feito.

Logo, rejeito a preliminar de cerceamento de defesa.

1.2 Da preliminar de ausência de interesse de agir.

Afirmou a parte ré que, tendo em vista a aplicação do CTB, legislação escolhida pelo legislador para tratar de casos relacionados às infrações por tráfego de veículos com excesso de peso, não haveria interesse processual do autor na propositura da demanda.

Colho excerto da sentença que adequadamente enfrentou tal assertiva:

(...) A questão já foi abordada na decisão que apreciou o pedido liminar, nos termos a seguir transcritos.

Inicialmente, cumpre deixar registrado que a medida pleiteada nesta ação civil pública, de fixação de astreinte em desfavor da Ré, tem por fundamento a proteção ao patrimônio público (conservação das rodovias federais), ambiental, aos direitos difusos à vida, à segurança e à saúde dos usuários das rodovias e à ordem econômica, supostamente violados/ameaçados pela conduta da Ré.

Portanto, as decisões judiciais aqui postuladas, especialmente a cominação de multa pela persistência da prática de atos que violam os direitos acima transcritos, não guardam relação com as penalidades administrativas já fixadas na legislação de trânsito, que são aplicadas em razão das respectivas infrações e independentemente da demonstração da violação de direitos alheios ou de outras categorias.

Ou seja, nesta demanda o Autor não pretende reforçar ou agravar as multas já previstas nas normas de trânsito, mas tenciona, isto sim, compelir a Ré, mediante tutelas jurisdicionais inibitória e ressarcitória, a se abster de continuar praticando atos que, independentemente de serem caracterizados ou não como infrações de trânsito, infringem direitos coletivos e/ou difusos e afetam o patrimônio público (segundo alegado na inicial).

Além disso, cabe lembrar que a independência entre as esferas de responsabilidade administrativa e cível admite, para uma mesma conduta concreta, a eventual fixação de penalidades concomitantes em cada uma destas searas, de modo que a existência de previsão de multa na esfera administrativa não impede a condenação à obrigação de não fazer, ainda que se dê mediante o meio coercitivo indireto da aplicação de multa em caso de inadimplemento, se for o caso.

Nesse sentido, confira-se:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRÁFEGO DE VEÍCULO EM RODOVIA FEDERAL COM EXCESSO DE PESO. TUTELA INIBITÓRIA. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DOS USUÁRIOS DE RODOVIAS. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO (CF, ART. 5º, XXXV). INDENIZAÇÃO, A TÍTULO DE DANO MATERIAL E MORAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. I - A penalidade administrativa por infração à norma do art. 231, V, da Lei nº. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) não guarda identidade com a tutela inibitória veiculada em sede de ação civil pública, em que se busca a cessação da flagrante e contumaz recalcitrância das promovidas na observância da referida norma legal, em que a atuação jurisdicional do Estado visa resguardar o seu caráter imperativo e, também, o interesse difuso e coletivo não só de todo o universo de usuários de rodovias em nosso país, mas, primordialmente, para fins de proteção do patrimônio público, do direito à vida, à integridade física, à saúde, à segurança pessoal e patrimonial, à qualidade dos serviços de transporte, à ordem econômica e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, inclusive, mediante a imposição de multa pecuniária, por eventual descumprimento da ordem judicial, e o pagamento de competente indenização por danos materiais e morais coletivos. Em casos assim, a independência entre as instâncias administrativa e judicial autoriza a concomitância de apurações, mormente em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, inciso XXXV), sendo notória a existência de interesse processual no provimento jurisdicional buscado pelo Ministério Público Federal, na espécie.(...) (AC 200938030045963, DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 DATA:01/07/2014 PAGINA:228.)

Ante esses esclarecimentos, entendo que se faz presente o interesse processual, mostrando-se viável o processamento da ação.

Assim, rejeito a preliminar de carência de ação (ausência de interesse de agir) arguida pela parte ré apelante.

1.3 Da superveniência da Lei 13.103/2015

No que se refere à Lei 13.103/2015, que converteu as sanções por excesso de peso em simples advertência, igualmente a questão restou adequadamente enfrentada nos embargos de declaração, no sentido de que, a lei, superveniente ao ajuizamento da ação e que trouxe alteração às penas administrativas, não influi no julgamento da lide e prescindiu de ser tomada em consideração, porquanto, *nos termos da fundamentação contida no item 2.1.1 da sentença embargada (que*

afastou a preliminar de falta de interesse de agir ao argumento de que já haveria previsão de sanção administrativa no CTB para a infração de excesso de peso) "a medida pleiteada nesta ação civil pública, de fixação de astreinte em desfavor da Ré, tem por fundamento a proteção ao patrimônio público (conservação das rodovias federais), ambiental, aos direitos difusos à vida, à segurança e à saúde dos usuários das rodovias e à ordem econômica, supostamente violados/ameaçados pela conduta da Ré". Ou seja, as decisões judiciais aqui postuladas, especialmente a cominação de multa pela persistência da prática de atos que violam os direitos acima transcritos, não guardam relação com as penalidades administrativas já fixadas na legislação de trânsito, que são aplicadas em razão das respectivas infrações e independentemente da demonstração da violação de direitos alheios ou de outras categorias.

Assim, rejeito a insurgência no ponto, por considerar plenamente cabível a tutela inibitória requerida na presente ação, não havendo *bis in idem* no que tange às sanções administrativas inscritas no CTB.

1.4. Do mérito

Por fim, sustenta a parte ré apelante não ter responsabilidade, por ser mera embarcadora, devendo recair tão-somente sobre o transportador, porque não cabe ao simples embarcador arcar com problemas eventualmente verificados no curso da apelação.

Sem razão a parte ré apelante.

Ao contrário do alegado, os documentos carreados aos autos não lograram demonstrar que, em relação às autuações, a ré apelante não era a única embarcadora, ônus que lhe cabia e da qual não se desincumbiu. Oportuno consignar, conforme esclarecido nos embargos declaratórios, *como ela mesmo reconhece, a prova nesse sentido (de que não era a única embarcadora) deveria ter sido documental, mas caberia a ela produzir, nos termos do artigo 333, inciso II, do CPC. Bastaria à Embargante trazer aos autos documentos obtidos com as respectivas empresas transportadoras no sentido de que, quando as autuações, no veículo transportador havia mercadoria de outras empresas. E não se alegue que não foi oportunizado à Embargante trazer aos autos tais documentos, pois o momento processual adequado para tanto é no prazo da resposta, a teor dos artigos 396 e 397 do CPC. Portanto, não vejo como acolher tal argumento como apto a tornar insubsistente as infrações imputadas à Embargante.*

Por fim, quanto ao pedido de redução da multa, igualmente resta mantida a sentença monocrática, *verbis*:

A multa foi arbitrada pelo Juízo já na decisão que deferiu o pedido de tutela antecipada e ratificada na sentença. Ainda que nessa não tenha sido expressamente mencionado que para arbitrar e manter o valor da multa foi tomado em contra os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, tal conduta é inerente ao ato de decidir.

Com efeito, há que se considerar que, segundo consta dos autos, no período de 29/07/2010 a 30/09/2013 foram lavradas, contra a Embargante, 61 (sessenta e uma) autuações decorrentes do trânsito de caminhões com excesso de peso. Se a prática é reiterada, a multa tem de ser suficiente e inibi-la.

No mais, basta à Embargante não infringir mais a legislação de regência (ou seja, basta não exceder o limite de peso permitido quando for embarcar suas mercadorias) que se verá livre da multa.

A insurgência, assim, se refere ao mérito do que foi decidido, e deve ser atacada via recurso próprio.

Oportuno registrar que se está diante de um total de 61 autuações, oriundas de órgãos responsáveis pela fiscalização das rodovias, por tráfego de veículos com excesso de peso, fato que revela que a prática antijurídica é reiterada, contínua, constante, o que se traduz em fortes indícios de que venha a permanecer doravante, caso não se adotem medidas efetivas no sentido de reprimi-la.

Assim, a cominação de multa diária determinada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada nova ocorrência comprovada mostra-se adequada ao caso concreto, visando efetivamente inibir a reiteração da infração.

Por fim, no que diz respeito à elevação do limite de tolerância para 10% no peso por eixo, determinada pela Resolução 489/2014, do CONTRAN, o que ensejaria a descaracterização das infrações listadas pelo MPF, igualmente desacolho tal irresignação, porquanto as infrações foram lavradas anteriormente à sua vigência, como acertadamente decidiu o magistrado singular.

Da apelação do Ministério Público Federal.

Postulou o MPF a reforma parcial da sentença, para condenar a parte ré ao pagamento de dano material e moral coletivo.

Desacolho o pedido, porquanto sem a comprovação efetiva do dano (material e moral) não há como acolher o pedido. Como bem salientado na sentença, não houve comprovação efetiva de dano material e, quanto ao dano moral, *não há como dar guarida à pretensão indenizatória formulada na inicial, porquanto, além do dano efetivo não ter sido comprovado (o Autor afirma a desnecessidade de sua comprovação efetiva), o ato (atos) não é daqueles que ofendem a 'moralidade coletiva'.*

Concluindo, mantenho integralmente a sentença monocrática por considerar que o magistrado singular deu adequada e motivada solução à controvérsia.

Em face do disposto nas súmulas n.ºs 282 e 356 do STF e 98 do STJ, e a fim de viabilizar o acesso às instâncias superiores, explicito que a decisão não contraria nem nega vigência às disposições legais/constitucionais prequestionadas pelas partes.

Ante o exposto, voto por negar provimento às apelações.

Documento eletrônico assinado por **SERGIO RENATO TEJADA GARCIA, Juiz Federal Convocado**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001051272v25** e do código CRC **7d09386a**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): SERGIO RENATO TEJADA GARCIA

Data e Hora: 15/5/2019, às 20:6:23

5022338-86.2014.4.04.7001

40001051272.V25